Grupos étnicos e etnicidade: o caso paradoxal da Colônia alemã das Torres

MARCOS ANTÔNIO WITT*

Resumo

Com o presente texto, pretende-se discutir os conceitos de grupos étnicos e etnicidade a partir de um estudo de caso. O estudo desenvolvido levou em consideração a formação da 2ª. Colônia imperial no Rio Grande do Sul – a Colônia alemã das Torres –, e buscou investigar como as relações estabelecidas entre aqueles colonos alemães e seus vizinhos nacionais permitem que se reflita sobre os conceitos que envolvem a questão étnica. De igual modo, buscou-se comparar a Colônia alemã das Torres com a 1ª. Colônia imperial do Rio Grande do Sul – São Leopoldo -, com o intuito de perceber como as comparações efetuadas desde o século XIX produziram análises distintas sobre esses dois grupos, a começar pelos intelectuais da germanidade até parte da historiografia clássica.

Palavras-chave: Grupos étnicos, etnicidade, imigração, germanidade

Em 1826, o império brasileiro instituiu a segunda Colônia[1] alemã oficial no Rio Grande do Sul, junto à fronteira de Santa Catarina, denominada de Colônia alemã das Torres.[2] Dois anos antes, em 1824, havia fundado São Leopoldo, geograficamente mais próxima da capital da província, Porto Alegre. Distintas em vários aspectos, cada uma dessas Colônias teve seu crescimento moldado por inúmeras especificidades: se São Leopoldo estava mais próxima da capital, a de Torres voltou-se ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS), aos Campos de Cima da Serra (os quais envolviam as

* Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo.

[1] Quando escrito com a inicial em maiúsculo, o termo "Colônia" designa o empreendimento agrícola onde colonos foram assentados, o qual, com o tempo, foi elevado à categoria de vila e cidade. Por sua vez, quando for redigido com a inicial em minúsculo, "colônia" terá seu significado vinculado à propriedade territorial recebida pelo imigrante onde morou, trabalhou e retirou sua subsistência. Dessa forma, a Colônia era dividida em muitas colônias.

[2] A Colônia alemã das Torres deveria formar um único núcleo com imigrantes alemães, porém, uma enchente do rio Mampituba e o envio de um número maior de imigrantes por parte das autoridades fizeram com que a Colônia fosse dividida em dois núcleos: o de São Pedro de Alcântara, mais próximo da vila de Torres, onde ficaram os católicos; e o de Três Forquilhas, mais distante da povoação torrense, uma vez que estavam acompanhados do pastor Carlos Leopoldo Voges, onde foram assentados os protestantes. Torres, hoje, converteu-se em um dos mais conhecidos balneários do Rio Grande do Sul, na divisa com Santa Catarina, junto ao rio Mampituba.

províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) e à província vizinha, Santa Catarina. Em termos econômicos, a Colônia de São Leopoldo teve impulso graças ao artesanato e à proximidade com Porto Alegre, o que lhe garantiu a venda de produtos coloniais e o abastecimento de mercadorias não produzidas nas pequenas propriedades agrícolas.

Em termos de formação étnica, ambas as Colônias viram-se confrontadas por pessoas e famílias que já estavam no Brasil antes da chegada dos primeiros imigrantes alemães: indígenas, açorianos, portugueses e escravos africanos passaram a fazer parte – de imediato – da realidade desse novo grupo composto de agricultores, artesãos, soldados, médicos, pastores, entre outros profissionais. Se os primeiros imigrantes não estiveram isolados, ao contrário, seu dia a dia foi pautado por relações interétnicas, por que se cristalizou a ideia de que os colonos de São Leopoldo mantiveram sua germanidade, enquanto que os de Torres logo se acaboclaram, aculturaram, entre outros conceitos que expressam vantagem para uns e desvantagem para outros?

Em primeiro lugar, deve-se ter em mente a dificuldade de responder a uma pergunta que parece simples; no entanto, ela vem carregada de imensa complexidade por se tratar de grupos chegados a partir de 1824, que se relacionaram com outros que já estavam no Brasil antes dessa data. Considerando que o conceito de grupos étnicos é aberto e flexível, ou seja, não está limitado a um grupo ou a um período cronológico, e que os grupos investigados neste texto estabeleceram diálogo ao longo do século XIX, torna-se complexo tentar responder em que momento ou em que circunstâncias alemães e nacionais[3] confrontaram suas identidades e se reconheceram como pertencentes a tal grupo. É a partir desta limitação que o presente texto buscará responder ao que foi proposto, isto é, se o uso dos conceitos de grupos étnicos e etnicidade e a análise de parte da historiografia – sobretudo aquela que se dedicou à germanidade –, são capazes de explicar como foram construídas determinadas imagens sobre diferentes Colônias. Os conceitos de grupos étnicos e etnicidade foram trabalhados a partir das considerações de Frederik Barth, publicadas no texto "Os grupos étnicos e suas

[3] O termo "nacional" será usado neste texto para designar os descendentes de portugueses e açorianos, bem como os demais elementos caracterizados como "brasileiros" (escravos libertos, por exemplo) e "colono alemão" (ou simplesmente "colono") para os imigrantes alemães e seus descendentes. Embora se saiba que a Alemanha surgiu como Estado unificado somente em 1871, quando Otto von Bismarck reuniu sob seu comando reinos e principados de língua alemã, usaremos o termo "alemão" para identificar os imigrantes que vieram ao Brasil antes dessa data.

fronteiras". Segundo o autor, é preciso ir além do que ele chamou de "modelo típico-ideal":

> A expressão grupo étnico é geralmente entendida... como a designação de uma população que: 1. em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico; 2. compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; 3. constitui um campo de comunicação e interação; 4. tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 2000:27).

Para Barth, "tal como está formulada, essa definição nos impede de compreender o fenômeno dos grupos étnicos e seu lugar na sociedade e na cultura humanas" (BARTH, 2000:28). O principal problema estaria na ideia de que a "manutenção das fronteiras não é problemática". O resultado desta análise seria a constatação de que

> somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo, respondendo principalmente a fatores ecológicos locais, através de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos. **Essa história produziu um mundo de povos separados**, cada qual com sua cultura e organizado em uma sociedade, **passível de ser legitimamente isolada para descrição como se fosse uma ilha** (BARTH, 2000:28; grifos nossos).

Outro obstáculo a ser vencido é a identificação de fontes que apontem para a cristalização do confronto, o que resulta na diferenciação com o outro e no reconhecimento como pertencente a um grupo. Se os Registros Paroquiais da Lei de Terras, elaborados de 1854 a 1856, comprovam que os colonos alemães muito rapidamente já tinham nacionais como seus vizinhos – muitas colônias foram vendidas, trocadas e mesmo abandonadas –, os documentos firmados por autoridades policiais e judiciais têm o potencial de desnudar como os grupos se viam e se reconheciam. Sobre a declaração que cada proprietário de terras deveria fazer, ao mapear cada uma das informações, é possível elaborar um mapa da Colônia, verificando onde se localizavam os lotes, quais eram seus proprietários e, o mais importante, quem eram seus vizinhos. De acordo com Barth, "o foco central para investigação passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado" (BARTH, 2000:34).

Levantamento parcial, realizado para o III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, demonstrou que entre 1854 e 1856 muitos nacionais já moravam entre os colonos alemães. Os dados ora apresentados não representam o total de colônias instaladas em São Pedro de Alcântara e em Três

Forquilhas, porém demonstram que o convívio entre colonos alemães e nacionais foi intenso. No caso da Colônia alemã do rio Três Forquilhas, de um total de 52 colônias, 10 estavam nas mãos de nacionais; já no caso da Colônia alemã de São Pedro de Alcântara, de um total de 44 colônias, 4 estavam nas mãos de nacionais, 2 encontravam-se divididas entre um colono alemão e um nacional, 2 pertenciam a proprietários cujos nomes não se pode decifrar (se colono alemão ou nacional) e 1 pertencia a Nossa Senhora do Amparo (WITT, 2004:127-144). No que tange à Colônia de São Leopoldo, identificada como um espaço homogêneo quanto à ocupação dos lotes coloniais por parte dos alemães, as informações transcritas por Leopoldo Petry indicam exatamente o contrário, ou seja, dos 224 nomes de proprietários que formariam o centro da povoação ("linhas divisórias do terreno da povoação de São Leopoldo, lado meridional do rio dos Sinos, por demarcação e medição"), 88 são identificados como alemães; 2 foram destinados aos cemitérios católico e protestante; em relação a 3 deles, não foi possível identificar a origem do ocupante, e **132** pertenciam a sobrenomes nitidamente nacionais (grifos nossos). Isso equivale a um percentual de 58% do total de 224 nomes como pertencentes a nacionais. Deve-se ressaltar que alguns nomes se repetem, isto é, um mesmo proprietário tinha mais de um lote e que, no conjunto, eram mais de 305 "terrenos" (em duas transcrições, o número do lote foi substituído pela palavra "todo"; nesses casos, não se soube quantos lotes foram destinados a esses proprietários). As informações foram transcritas do

> Livro I que contém as Medições e Demarcações das divisas, praças, ruas, quadras e terrenos das mesmas constantes da povoação de Sm. Leopoldo na província do Rio Grande do Sul como do Mapa Plano feito por ordem do Exmo. Snr. Presidente da Província Manoel Antonio Galvão e contado por Miguel Gonsalves dos Santos, Piloto da Carta Geral, aos 4 do mês de setembro de 1833 (PETRY, 1964:49-54).

De igual modo, em 1848, os cargos públicos estavam centralizados em uma maioria composta por "luso-brasileiro". Na divisão dos cargos – Coletor, Diretor da Colônia, Escrivão, Guarda Nacional, Juiz Municipal, Procurador, Tabelião e Vereador –, 3 eram ocupados por "alemão" ou "teuto-brasileiro" e 12 por "luso-brasileiro". Os números coletados por Eloísa Ramos não só evidenciam que imigrantes e descendentes ainda se encontravam distantes da ocupação efetiva de cargos públicos, como também reforçam a ideia de que os colonos de São Leopoldo estabeleceram contato com

indivíduos e famílias de origem açoriana e portuguesa desde sua chegada ao Brasil (RAMOS, 2000:103).

O resultado das pesquisas realizadas com os Registros Paroquiais da Lei de Terras reforça o que estudos recentes têm demonstrado em relação à tese do isolamento, ou seja, que imigrantes e seus descendentes, por consequência, suas Colônias, estabeleceram vínculo constante com seus vizinhos nacionais (ou de outras origens, como os escravos). Esses vínculos poderiam ser econômicos, sociais, religiosos, enfim, de todas as ordens, afinal, o dia a dia, o cotidiano, as necessidades diárias prevaleciam sobre esquemas artificiais de análise. Isso significa que a tese do isolamento só se sustenta enquanto for concebida como uma estrutura artificial de múltiplos relacionamentos. Na prática, um vizinho alemão convidava outro vizinho nacional para apadrinhar seu filho; para estreitar relações, um agricultor nacional doava um pedaço de carne a um par estrangeiro; nas festas, moços "de fora", com sobrenomes nacionais, tentavam conquistar as moças de origem alemã. Num plano maior, agentes históricos circulavam por espaços que extrapolavam sua Colônia a fim de realizar negócios. O pastor e negociante Carlos Leopoldo Voges fez de Três Forquilhas seu *porto seguro*, para, dali, comercializar com São Leopoldo, Porto Alegre e Taquari. Com isso, quer-se comprovar que não houve isolamento em escala micro nem em um espectro maior. Considerar a existência do isolamento significa reduzir a capacidade de comunicação e circulação dos agentes históricos do Brasil oitocentista (WITT, 2008).

Da mesma forma, com o cruzamento dos Registros Paroquiais da Lei de Terras com os registros elaborados por padres e pastores, foi possível verificar que muitos desses vizinhos estabeleceram laços de parentesco e compadrio através de casamentos e apadrinhamentos. Do ponto de vista da composição social, as declarações registradas pelos padres encarregados de colhê-las são fundamentais para que se possam lançar novas luzes sobre afirmações generalizantes no que tange à formação étnica dos grupos envolvidos. Nesse caso, os Registros Paroquiais da Lei de Terras comprovam que as Colônias não ficaram isoladas, ao contrário, desde cedo houve diálogo entre colonos alemães e nacionais, e que o confronto com o outro demarcou território e fez com que esses colonos se identificassem com seu grupo étnico. Por outro lado, a fronteira fluida dos grupos possibilitou que relações de parentesco e de compadrio dinamizassem as relações sociais dentro de determinada Colônia. O que se percebe é que a demarcação

étnica não se constituiu como empecilho para que pessoas de grupos diferentes firmassem novos laços e constituíssem novos grupos. Sobre a fronteira étnica, Barth afirma que

> [ela] canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Ou seja, é pressuposto que ambos estejam basicamente 'jogando o mesmo jogo', e isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais, de modo a eventualmente cobrir todos os diferentes setores e domínios de atividade. Por outro lado, a dicotomização que considera os outros como estranhos, ou seja, membros de outro grupo étnico, implica o reconhecimento de limitações quanto às formas de compreensão compartilhadas, de diferenças nos critérios para julgamento de valor e de performance, bem como uma restrição da interação àqueles setores em que se pressupõe haver compreensão comum e interesses mútuos (BARTH, 2000:34).

No que se refere à documentação produzida por órgãos reguladores, como a Polícia e a Justiça, cabe destacar que, em 1854, a Câmara de Vereadores do município de Santo Antônio da Patrulha manifestou-se contra um colono católico, Antonio Francisco de Emerim, o qual foi chamado de "o mentiroso alemão" pelo juiz de paz Ricardo Ferreira Porto. O crime praticado pelo colono foi ter infringido as normas que permitiam a pesca no rio Mampituba (WITT, 2001:105). Por outro motivo, a medição das propriedades agrícolas, o juiz de paz João Francisco da Silveira denunciou ao presidente da província, em 1834, que "achando-se as colônias dos alemães demarcadas, estão estes colonos todos os dias suscitando questões com os brasileiros" (WITT, 2001:69). Afinal, o que se pode perceber no pronunciamento das duas autoridades? Invisível, mas muito presente, está a delimitação de territórios étnicos, ou seja, não é a pessoa que está infringindo as normas da pesca ou que está disputando terras com os brasileiros, mas sim um sujeito identificado por sua origem e, na confrontação com o outro, pertencente a um grupo étnico distinto.

Portanto, tanto os Registros Paroquiais da Lei de Terras quanto os documentos produzidos por autoridades locais são capazes de demonstrar que houve diferenciação entre os grupos e que se viam como "colonos alemães", de um lado, e de "nacionais", de outro. O confronto permitiu que, no caso dos alemães, hábitos e costumes fossem mantidos. Língua, arquitetura, religião, festas e outros identificadores culturais foram preservados e fizeram parte do dia a dia das comunidades alemãs do LNRS. No entanto,

é extremamente relevante chamar a atenção para o fato de que hábitos e costumes foram influenciados pelo convívio com indígenas, portugueses, açorianos, africanos, italianos, poloneses e, mais recentemente, com japoneses. A manutenção étnica não exclui a troca e o diálogo com outros grupos. Pesquisas e estudos sistemáticos sobre a história da imigração e colonização no LNRS, sobretudo os realizados pelo historiador Ruy Ruben Ruschel e os que advêm do Raízes e do Marcas do Tempo[4], permitem que se afirme, hoje, que colonos alemães católicos e protestantes do litoral mantiveram sua identidade étnica ao se confrontarem com os *outros*.

Se é possível chegar a essa conclusão, qual a origem, então, da comparação depreciativa em relação aos colonos alemães do LNRS? Em parte da historiografia clássica sobre imigração e colonização no Rio Grande do Sul, São Leopoldo foi elevada à categoria máxima de exemplo no que tange ao crescimento econômico e populacional dos imigrantes e de seus descendentes. Ao fechar o foco da análise, pesquisadores municipalistas e historiadores acadêmicos deixaram de perceber outras nuanças que caracterizaram a vida de núcleos coloniais que seguiram modelo distinto ao de São Leopoldo. Um dos clássicos da imigração, Carlos Henrique Hunsche, publicou dois livros que são referência para os estudos imigratórios: *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro), de 1975 e *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*, de 1977. Uma das contribuições dos dois livros é disponibilizar aos pesquisadores o nome dos imigrantes chegados ao Brasil, bem como uma pequena biografia ou algumas informações sobre a família, o local de instalação, a atividade a que se dedicaram, entre outras. Afora isso, a produção bibliográfica de Hunsche enaltece a imigração e procura, às vezes, *minimizar* o imigrante que apresentou algum tipo de comportamento considerado problema. Nesse sentido, o autor deixou de mencionar, em determinadas

[4] Ruy Ruben Ruschel foi um dos pesquisadores que mais se dedicou ao estudo do LNRS. Suas pesquisas remontam às tentativas de catequização e aldeamento dos indígenas, à ocupação dos campos por lagunenses, à instalação dos açorianos, à construção do Presídio das Torres (uma espécie de forte para guarnecer a fronteira Sul do Brasil), à criação da Colônia alemã das Torres, ao desenvolvimento dos balneários, entre outros temas; o encontro Raízes – Encontros dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha, idealizado pela historiadora Véra Lucia Maciel Barroso, reúne, a cada ano, sempre em cidades diferentes, pesquisadores de diversas áreas para tratar da história do antigo município de Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, criado em 1809; o Marcas do Tempo, simpósio sobre imigração alemã no LNRS, organizado pela historiadora Nilza Huyer Ely, tem como objetivo congregar comunidade local e historiadores, com o objetivo de se discutir o projeto de colonização alemã para a Ponta das Torres e o desenvolvimento dos núcleos de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas.

biografias, que o imigrante integrava as levas que saíram das "casas de correção" (semelhante a prisões) de Mecklenburg-Schwerin.[5]

Da mesma forma, outro clássico da imigração - Aurélio Porto -, desvinculou certos grupos de imigrantes dos que foram considerados modelos. De acordo com o autor:

> No mesmo navio, Schaeffer, que não conseguira, apesar de todos os seus esforços, engajar elementos totalmente bons, fizera embarcar dezenas de criminosos, assassinos e ladrões, tirados das cadeias de Mecklenburg, que eram levados para bordo ainda com as algemas nos pulsos.
> Pertencem a essa leva os célebres ladrões de igrejas que durante algum tempo, constituídos em quadrilha, chefiados por um tal Sibernagel, saquearam os templos de Santana do Rio dos Sinos, Viamão e outros. **Elementos indesejáveis**, muitos deles foram conduzidos para S. João das Missões, acompanhando para o Uruguay forças platinas que ali passaram. Outros ficaram por Missões. **Traduzindo os nomes confundiram-se na população nacional** e foram troncos de várias famílias que ali ainda se conservam (PORTO, 1996:44-45; grifos nossos).

Segundo Porto, imigrantes de Mecklenburg-Schwerin teriam chegado ao Brasil e, quase que imediatamente, se dedicado ao crime. Visto por esta lógica, não seriam imigrantes desejáveis, mas outra categoria de estrangeiros chegados ao Brasil, quase sempre relacionados à má índole, dispersos entre grupos desordeiros e, por fim, totalmente descaracterizados de sua germanidade. Ao se *confundirem* com nacionais, desapareceram como imigrantes. Todavia, Hunsche e Porto estiveram embasados em outras leituras, as quais lhes permitiram formular suas teorias e publicá-las na forma de livros. As leituras que formataram o pensamento desses clássicos têm origem na intelectualidade que chegou ao Brasil a partir do final do século XIX. Nomes como o do jornalista, escritor, político e intelectual Karl von Koseritz, por exemplo, têm relevância quando se procura mapear a origem da produção intelectual que influenciou certa geração de pesquisadores. Um dos objetos estudados por Koseritz foi o episódio dos

[5] Mecklenburg-Schwerin era uma das regiões que, mais tarde, em 1871, formaram a Alemanha. Na época da chegada dos imigrantes, a partir de 1824, a região era independente e integrava os reinos e principados de língua alemã. Com o agravamento da crise econômica, muitos agricultores e artesãos perderam seus postos de trabalho; vagar pelas ruas e pedir esmola foi, em alguns casos, o que restou a estes trabalhadores. A criação das "casas de correção" tinha como objetivo abrigar os errantes, mas, também, aprisionar aqueles que tivessem problemas com a Lei. Para maiores informações, ver: DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010; VON MÜHLEN, Caroline. *Da exclusão à inclusão social*: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2010.

Mucker, finalizado em 1874 com a morte de Jacobina Maurer. Para o jornalista, o *embrutecimento* dos imigrantes e de seus descendentes ao longo do século XIX – leia-se, a perda da germanidade –, propiciou o surgimento da *seita dos Mucker*. Para ele, a religião, que mais bitolava do que esclarecia, praticamente deixou os imigrantes e suas famílias na mais completa ignorância. Como liberal, usou a imprensa para atacar, de forma incansável, a Igreja Católica e a Igreja Protestante (com esta última, teve alguns momentos de diálogo). No entanto, outros intelectuais também se valeram da imprensa para divulgar o modo de viver em São Leopoldo. Ramos transcreve pequeno artigo publicado no jornal "Deutsche Zeitung", de 1861, no qual se lê:

> Em Porto Alegre existe um jornal alemão Der Deutsche Einwanderer (O imigrante alemão) que circula em todo o sul do Brasil. Diz ele que a acusação de que o alemão separado de sua Pátria se adapta facilmente e até esquece sua língua não é verdade aqui. Os alemães de São Leopoldo, ao contrário, permaneceram alemães. Pouco distante de Porto Alegre, é um local em que não se entende e não se fala uma palavra em português. Também as crianças nascidas no Brasil falam só alemão. Isso tem suas desvantagens, pois, por isso, nenhum desses servidores pode ser Deputado ou sequer participante da Câmara Provincial de Deputados (RAMOS, 2000:105-106).

Ao que parece, o autor do pequeno artigo quis chamar a atenção para a guarda da germanidade que, segundo suas considerações, poderia dificultar o acesso dos alemães à política. Por certo, o contato com nacionais e a proximidade com Porto Alegre fez com que o grupo se constituísse etnicamente; porém, é preciso relativizar a afirmação categórica de que São Leopoldo "é um local em que não se entende e não se fala uma palavra em português". Os documentos trabalhados neste texto dão conta de que houve intercâmbio entre os que já estavam (nacionais) e os que chegaram (alemães). Talvez o exagero da frase tenha tido a intenção de colocar o problema maior em pauta, ou seja, a pouca participação partidária dos alemães na política rio-grandense.

Koseritz, que valorizou o falar em alemão, destacou o imigrante (considerado como exemplo) que conseguiu guardar e praticar sua germanidade. Foi aquele, também, que pouco se deixou tocar pela cultura dos nacionais. Do ponto de vista teórico, a formulação de Koseritz e de outros intelectuais – liberais, católicos e protestantes – influenciou inúmeros pesquisadores municipalistas e historiadores acadêmicos que, pela importância e permanência de suas obras, alçaram o status de clássicos. A crítica que se deve fazer a estes trabalhos é que deixaram de perceber que muitos dos elementos encontrados na Colônia de São Leopoldo também fizeram parte do cotidiano de outros

núcleos coloniais. O vendeiro Carlos Leopoldo Voges, com residência na Colônia de Três Forquilhas, estabeleceu vínculos comerciais e de parentesco com a família Diehl, de São Leopoldo, e a Dreher, de Porto Alegre. Do mesmo modo, embarcações levaram e trouxeram mercadorias pelo rio dos Sinos, Jacuí, Taquari, e também pelas lagoas do LNRS. Ou seja, muito do que se fez presente em São Leopoldo foi vivenciado em outras Colônias do Rio Grande do Sul. Ao se generalizar, perdeu-se a especificidade de cada núcleo.

No que se refere ao início desta discussão, em dois textos apresentados no Simpósio Internacional de Imigração e Colonização, realizado na UNISINOS e promovido pelo Instituto Histórico de São Leopoldo e por esta universidade, experimentei dialogar com meus pares sobre a questão central deste texto, ou seja, como inserir os outros núcleos de imigrantes que foram pouco contemplados na história da imigração? No primeiro texto, publicado em 2008, investigou-se o naufrágio do bergantim Flor de Porto Alegre, ocorrido em dezembro de 1824, na região de Mostardas, litoral do Rio Grande do Sul, o qual trazia imigrantes alemães da Europa para o Brasil. Afora o fascínio de se trabalhar com tal tema, o foco da análise recaiu sobre a afirmação equivocada de que alguns náufragos teriam se dirigido, pela praia, em direção norte, à Colônia alemã de Três Forquilhas. Considera-se equivocada a afirmação divulgada por Balduíno Rambo e Hunsche, pois os primeiros imigrantes alemães chegaram ao LNRS somente em novembro de 1826. Portanto, seria impossível haver um núcleo colonial antes disso. Já no segundo texto, publicado em 2010, me debrucei sobre um tema que dava continuidade ao apresentado em 2008 e que, de forma especial, atingia minha subjetividade. Como descendente de um imigrante que saiu das "casas de correção" de Mecklenburg-Schwerin – Carl Witte havia sido acusado de "ladrão de cavalo" –, relacionei minha história pessoal com o posicionamento de autores que tentaram *apagar* a presença destes imigrantes da história da imigração. Os já citados Rambo, Hunsche e Porto foram alguns com os quais estabeleci diálogo.

Parte dos clássicos, ao tomar a visão dos intelectuais chegados ao Brasil a partir do final do século XIX como referência para suas análises, contribuiu para bipolarizar os imigrantes entre "bons" e "maus". Marcos Tramontini relativizou estes qualificativos no texto "O 'mau' imigrante: má origem ou capacidade de organização e luta", no qual demonstrou que, muitas vezes, organizar-se e lutar por seus direitos foram atos

confundidos como desordem. Isso levou à rotulação depreciativa, tanto no plano individual, como no coletivo. Assim, indivíduo, família ou Colônias foram classificados como “bons” ou “maus”. Ellen Woortmann constatou que havia grande preocupação por parte dos pais em relação ao futuro namoro e casamento dos filhos. Daí a pergunta crucial e, normalmente, formulada no primeiro encontro: qual o teu sobrenome? De que família tu és? Os casos trabalhados por Woortmann ilustram como a construção de imagens positivas ou negativas chegava ao mais íntimo dos contatos e era usada pelas famílias para aproximar ou afastar possíveis pretendentes.

Os estudos relacionados à história da imigração e colonização no Sul do Brasil têm relativizado as afirmações equivocadas de parte dos clássicos. Ao assumir a postura de que as diferenças devem ser inseridas no rol das pesquisas e dos estudos (i)migratórios, muitos indivíduos, famílias e Colônias *ganharam voz* e ocuparam páginas e páginas de Trabalhos de Conclusão, Dissertações, Teses e de outras publicações. A partir disso, as Colônias de São João das Missões e das Torres, esta última dividida entre São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, e os imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, foram considerados objetos de estudo e, principalmente, inseridos na discussão sobre o papel dos imigrantes e seus descendentes na história do Brasil. Isso foi possível graças à implementação dos Programas de Pós-Graduação em História, sobretudo a partir da década de 1990, o que alavancou as pesquisas entre acadêmicos; à abertura da ciência histórica a outras interpretações, teorias e relativizações, o que levou à incorporação de agentes históricos que estavam à margem; à consolidação de novos espaços de discussão, como simpósios e seminários que proporcionaram a aproximação entre pesquisadores municipalistas e acadêmicos e à atmosfera revisionista que estremeceu algumas verdades das Ciências Humanas.

A título de fechamento, mas não de conclusão, as pesquisas e os estudos sobre imigração e colonização no Sul do Brasil apontam para o fato de que imigrantes e seus descendentes se constituíram como grupos étnicos ao se confrontarem com o outro. Daí a importância de se estabelecer diálogo contínuo entre os estudos da imigração e as teorias sobre grupos étnicos e etnicidade. Os ditos estudos, para não incorrer em equívocos como os apontados neste texto, devem levar em consideração a especificidade de cada grupo colonial, e também se dedicar ao que há de comum entre as diferentes experiências (i)migratórias.

Bibliografia

BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

GERTZ, René. *Karl von Koseritz*: seleção de textos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.

_____. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo*: berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul. 2.ed. São Leopoldo: Rotermund, 1964.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996.

RAMBO, Balduíno. *Enciclopédia Rio-Grandense*. vol. I.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade*. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemães e teuto-brasileiras. 1850/1930. Porto Alegre, 2000. Tese [Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2000.

RUSCHEL, Ruy Ruben. Os dois caminhos pioneiros do Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí.* Porto Alegre: EST, 1992, p. 215-233.

_____. Os assentamentos alemães em Torres, na correspondência de seu inspetor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* Porto Alegre, n.132, p. 123-136, 1998.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

____. O 'mau' imigrante: má origem ou capacidade de organização e luta. In: ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 198-209.

WITT, Marcos Antônio. De Mecklenburg-Schwerin para o mundo ou de "ladrão de cavalo" à condição de colono: imigração alemã. In: DREHER, Martin N. (Org.). *Migrações*: mobilidade social e espacial. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 215-221.

____. "Mitos" e "verdades" sobre a formação da Colônia alemã das Torres: o caso de um naufrágio. In: DREHER, Martin Norberto et al (Orgs.). *Saúde*: corporeidade – educação. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 243-250. (CD-ROM).

____. *Em busca de um lugar ao sol*: estratégias políticas. São Leopoldo: Oikos, 2008.

____. A Colônia alemã das Torres e os Registros Paroquiais da Lei de Terras: declarações e contradições. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Três Cachoeiras*: marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2004, p. 127-144.

____. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul:* a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889. São Leopoldo, 2001. Dissertação [Mestrado]. História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS, 2001.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995.